

Ficha de unidade curricular

Licenciatura

Unidade curricular

Proteção Internacional dos Direitos Humanos

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Vitalino Canas: aulas teóricas, 2 horas por semana; aulas práticas, 2 horas por semana

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O primeiro objetivo é aprofundar o conhecimento dos princípios fundamentais do Direito Internacional Público e as suas tendências mais relevantes no sentido de uma nova centralidade do Homem como sujeito, objeto e destinatário das respetivas normas. Bem percebida essa evolução, pretende-se que sejam adquiridos conhecimentos sobre o modo como os vários sistemas de proteção global e regional dos direitos humanos funcionam. Para isso, encorajar-se-á os estudantes a familiarizar-se com as regras processuais, o regime substantivo e o *case law* dos sistemas de proteção existentes, criando rotinas de consulta e estudo direto, nos idiomas relevantes, desse *case law*. Os instrumentos de ponderação e harmonização que têm sido desenvolvidos no contexto de um denominado constitucionalismo global deverão passar a ser dominados pelos estudantes. Particular enfase será dado ao sistema europeu, pela sua proximidade mas também pelo seu pioneirismo e originalidade.

Conteúdos programáticos

- I. Questões prévias relativas à nomenclatura e terminologia
- II. A “pré-história” da proteção internacional dos direitos da pessoa humana
- III. O sistema das Nações Unidas
 - a. Instrumentos normativos:
 - i. Carta
 - ii. DUDH
 - iii. PIDCP
 - iv. PIDESC
 - v. Outras convenções relevantes
 - b. Entidades com competências de proteção dos direitos da pessoa humana
 - i. Tribunal Internacional de Justiça
 - ii. Entidades ligadas às convenções
 - iii. OIT
- IV. Os sistemas regionais (em geral)
 - a. O sistema europeu
 - i. O sistema do Conselho da Europa
 - ii. Os mecanismos da União Europeia
 - b. O sistema interamericano
 - c. O sistema africano

- d. As experiências embrionárias dos países árabes e asiático
- V. O sistema do Conselho da Europa (em especial)
- a. A CEDH
- i. Aspectos essenciais do seu conteúdo, designadamente no que toca aos direitos consagrados
- b. O TEDH
- i. Composição;
 - ii. Organização;
 - iii. Competência;
 - iv. Sujeitos processuais;
 - v. Processo
- vi. Decisões do TEDH: regime, objeto, limites e parâmetros de decisão
1. Em especial a importância dos instrumentos de ponderação e harmonização, com o princípio da proporcionalidade em destaque
 2. Processos piloto e medidas provisórias.
- vii. Execução das decisões do TEDH
- c. A Carta Social Europeia (breve)

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos pretendem assegurar a conciliação de momentos teóricos, assegurados pelas aulas teóricas e momentos dedicados à prática jurisdicional, o que permite que os alunos adquiram, simultaneamente, conhecimento teórico e domínio prático-concreto.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

1. Nas aulas teóricas, será apresentada a matéria nas suas linhas gerais.
2. Nas aulas práticas, em subturma, serão desenvolvidos alguns dos temas apresentados nas aulas teóricas, introduzindo-se uma componente prática que implica a discussão e resolução de casos práticos.
3. Tratando-se de unidade curricular optativa, compete ao regente fixar os termos da avaliação.

Distinguem-se os alunos do regime geral e os alunos do programa Erasmus (se existirem)

I. Quanto aos alunos do regime geral serão essencialmente seguidas as regras do regulamento de avaliação aplicável, com ligeiras alterações:

- A) No método de avaliação contínua (método A), são elementos da avaliação uma prova escrita, um trabalho que não excede 15 páginas (opcional), a discussão e aprofundamento de temas da unidade curricular e a resolução de hipóteses práticas nas aulas ou como trabalho de casa, entre outros. O aluno que, em método A, obtenha nota de avaliação contínua igual ou superior a 12 valores fica aprovado na unidade curricular. Caso obtenha nota de avaliação contínua compreendida entre 8 e 11 valores fica admitido a exame escrito, podendo ainda ser admitido a oral, nos termos das regras gerais em vigor constantes do regulamento de avaliação;
- B) O aluno inscrito em método B realiza um exame escrito, e caso obtenha uma classificação entre 8 e 11 valores fica admitido a prova oral; se obtiver 12 ou mais valores é dispensado da prova oral.

II. Alunos Erasmus

- A) No método A podem optar:

- pelo regime de avaliação de método A aplicável aos alunos do regime geral; ou
- apresentar um trabalho monográfico oral ou escrito, neste caso limitado ao número máximo de 20 páginas, o qual constituirá elemento de avaliação juntamente com a participação no trabalho das aulas de subturma. Se o aluno obtiver nota final igual ou superior a 12 valores fica desde logo aprovado na UC; se a nota obtida for inferior, pode apresentar novo trabalho monográfico ou a reformulação do anterior ou submeter-se ao exame escrito. Se em qualquer dos casos obtiver nota igual ou superior a 10 fica aprovado na UC.

- B) No método B podem optar:

- pelo regime de avaliação de método B aplicável aos alunos do regime geral; ou
- apresentar um trabalho monográfico oral ou escrito, neste caso limitado ao número máximo de 20 páginas. Se o aluno obtiver nota igual ou superior a 12 valores fica desde logo aprovado na UC. Se a nota obtida for inferior pode apresentar novo trabalho monográfico ou a reformulação do anterior ou submeter-se ao exame oral. Se em qualquer dos casos obtiver nota igual ou superior a 10 valores fica aprovado na UC.

Em qualquer dos métodos de avaliação, as provas ou trabalhos escritos de alunos Erasmus podem ser efectuados em língua inglesa ou francesa.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Concilia-se a abordagem teórica e prática das matérias.

Bibliografia principal (sujeita a atualização e complementação)

Almeida Ribeiro, Manuel / Pereira Coutinho, Francisco – *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, Lisboa, D. Quixote, 2016.

Alston, Philip / Goodman, Ryan – *International Human Rights*, Oxford University Press, Oxford, 2012.

Bantekas, Elias / Oette, Lutz – *International Human Rights Law and Practice*, 2.ª ed., Cambridge Univ. Press, Cambridge, 2016.

Baptista, E. Correia – *Direito Internacional Público*, Vol. II, AAFDL, Lisboa, 2018.

Bou Franch, Valentín / Daudí Castillo, Mireya – *Curso de Derecho Internacional de los Derechos Humanos*, Tirant lo blanch, Valencia, 2010.

Canas, Vitalino – *O Princípio da Proibição do Excesso na Conformação e no Controlo dos Atos Legislativos*, Almedina, Coimbra, 2017 (reimpressão, 2019).

Cançado Trindade, Antonio A. – *El acceso directo del individuo a los Tribunales Internacionales de derechos humanos*, Universidad de Deusto, Bilbao, 2001.

Cançado Trindade, Antonio A. – *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Sérgio António Fabris Editor, Porto Alegre:

- vol. I, 2^a ed., 2003;
- vol. II, 1^a ed., 1999;
- vol. III, 2^a ed., 2003.

De Schutter, Olivier – *International Human Rights Law – Cases, Materials, Commentary*, Cambridge University Press, Cambridge, 2015.

Ergec, Rusen – *Protection européenne et internationale des Droits de l'Homme*, 3^a ed., Bruxelas, Bruylant, 2014.

Martins, Ana Maria Guerra - *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2014 (reimpressão 2017).

Moeckli, Daniel / Sangeeta, Shah – *International Human Rights Law*, 2.^a ed., Oxford University Press, Oxford, 2014.

Mowbray, Alastair - *Cases, Materials, and Commentary on the European Convention on Human Rights*, Oxford, 2012.

Peterke, Sven (coord.) - *Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais*, Brasília DF, 2010, acessível em https://www.ufrgs.br/cedop/wp-content/uploads/2014/04/Manual_Pratico_Direitos_Humanos_Internacionais-1.pdf

Piovesan, Flávia, *Direitos Humanos e Justiça Internacional. Um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*, 9.^a ed., Saraiva, São Paulo, 2019.

Rehman, Javaid – *International Human Rights Law*, 2.^a ed., Pearson Education, Harlow, 2015.

Shelton, Dinah – *The Oxford Handbook of International Human Rights Law*, Oxford University Press, Oxford, 2015.

Smith, Rhona K. M. – *Textbook on International Human Rights*, 7.^a ed., Oxford University Press, Oxford, 2015.

Sudre, Frederic – *Droit international et européen des droits de l'homme*, 13.^a ed., Puf, Paris, 2016.

Curricular unit sheet

Curricular unit

International Protection of Human Rights

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Vitalino Canas, theoretical classes, 2 hours per week, practical classes 2 hours per week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Syllabus

- I. Preliminary questions on terminology
- II. The pre-history of the international protection of the human rights
- III. The United Nations system
 - a. Normative instruments
 - i. United Nations Charter
 - ii. UDHR
 - iii. ICCPR
 - iv. ICESCR
 - v. Other relevant treaties
 - b. Institutions in charge with the international protection of the human rights
 - i. International Court of Justice
 - ii. Entities established by specific treaties
 - iii. ILO
- IV. The regional systems (in general)
 - a. The European system
 - i. Council of Europe's system
 - ii. European Union's mechanisms
 - b. The Interamerican system
 - c. The African system
 - d. The embryonic experiences of the Arab countries and Asia
- V. The Council of Europe's system (in special)
 - a. The ECHR
 - i. Contents, with special attention to the human rights enshrined in the Convention

b. The European Court of Human Rights

- i. Composition
- ii. Organization
- iii. Functions
- iv. Entities allowed to take part in the procedures
- v. Procedural rules
- vi. Decisions of the Court: legal regime, subject, limits, standards
 - 1. In special, importance of the balancing and harmonization tools
 - 2. Pilot procedures and provisional measures
- vii. Enforcement of the decisions of the Court

c. The European Social Charter

VI. Conclusions on the fundamental principles of Human Rights Protection in Public International Law

VII. Discussion of the thesis of a universal or regional constitutionalism

Teaching methodologies (including evaluation)

For Erasmus students

Erasmus students should be aware that the Law Faculty of Lisbon allows the option between one of two methods of evaluation, A and B methods.
Both are available to Erasmus students.

A) At the A method (theoretical classes plus practical classes) Erasmus students may choose:

- the common regime of A method which is applicable to non Erasmus students; or
- to submit a paper orally or by written (in the latter case, limited to 20 pages), which will be accepted as the main evaluation tool together with participation in the practical classes.
If a mark equal or above 12 is obtained the student passes.
If the student obtains a mark below 12 he or she will be given the choice of submitting another work or the reformulation of the former or to perform a written exam. If the student gets a mark equal or above 10 the student passes.

B) At the B method (just theoretical classes) Erasmus students may choose:

- the common regime of B method which is applicable to non Erasmus students; or
- to submit a paper orally or by written (in the latter case, limited to 20 pages).

If a mark equal or above 12 is obtained the student passes.

If the student obtains a mark below 12 he or she will be given the choice of submitting another work or the reformulation of the former or to perform an oral exam. If the student gets a mark equal or above 10 the student passes.

For Erasmus students both exams and papers can be performed and submitted either in English or French.

Main Bibliography (to be updated)

Almeida Ribeiro, Manuel / Pereira Coutinho, Francisco – *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, Lisboa, D. Quixote, 2016.

Alston, Philip / Goodman, Ryan – *International Human Rights*, Oxford University Press, Oxford, 2012.

Bantekas, Elias / Oette, Lutz – *International Human Rights Law and Practice*, 2.^a ed., Cambridge Univ. Press, Cambridge, 2016.

Baptista, E. Correia – *Direito Internacional Público*, Vol. II, AAFDL, Lisboa, 2018.

Bou Franch, Valentín / Daudí Castillo, Mireya – *Curso de Derecho Internacional de los Derechos Humanos*, Tirant lo blanch, Valencia, 2010.

Canas, Vitalino – *O Princípio da Proibição do Excesso na Conformação e no Controlo dos Atos Legislativos*, Almedina, Coimbra, 2017 (reimpressão, 2019).

Cançado Trindade, Antonio A. – *El acceso directo del individuo a los Tribunales Internacionales de derechos humanos*, Universidad de Deusto, Bilbao, 2001.

Cançado Trindade, Antonio A. – *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Sérgio António Fabris Editor, Porto Alegre:

vol. I, 2^a ed., 2003;

vol. II, 1^a ed., 1999;

vol. III, 2^a ed., 2003.

De Schutter, Olivier – *International Human Rights Law – Cases, Materials, Commentary*, Cambridge University Press, Cambridge, 2015.

Ergec, Rusen – *Protection européenne et internationale des Droits de l'Homme*, 3^a ed., Bruxelas, Bruylant, 2014.

Martins, Ana Maria Guerra - *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2014 (reimpressão 2017).

Moeckli, Daniel / Sangeeta, Shah – *International Human Rights Law*, 2.^a ed., Oxford University Press, Oxford, 2014.

Mowbray, Alastair - *Cases, Materials, and Commentary on the European Convention on Human Rights*, Oxford, 2012.

Peterke, Sven (coord.) - *Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais*, Brasília DF, 2010, acessível em https://www.ufrgs.br/cedop/wp-content/uploads/2014/04/Manual_Pratico_Direitos_Humanos_Internacionais-1.pdf

Piovesan, Flávia, *Direitos Humanos e Justiça Internacional. Um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*, 9.^a ed., Saraiva, São Paulo, 2019.

Rehman, Javaid – *International Human Rights Law*, 2.^a ed., Pearson Education, Harlow, 2015.

Shelton, Dinah – *The Oxford Handbook of International Human Rights Law*, Oxford University Press, Oxford, 2015.

Smith, Rhona K. M. – *Textbook on International Human Rights*, 7.^a ed., Oxford University Press, Oxford, 2015.

Sudre, Frederic – *Droit international et européen des droits de l'homme*, 13.^a ed., Puf, Paris, 2016.